SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: https://doi.org/10.9771/ccrh.v39i0.71880

Afinidades entre José Carlos Mariátegui e Nelson Werneck Sodré

Marcos Del Roio

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

Submetido em: 2026-07-15
Postado em: 2026-07-15 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

Caderno CRH
Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da Universidade Federal da Bahia
ISSN 0103-4979 (versão impressa) ISSN 1983-8239 (versão on-line)

ARTIGO

Afinidades entre José Carlos Mariátegui e Nelson Werneck Sodré

Marcos Del Roio*

Resumo:

O objetivo do texto que se segue é observar as afinidades nas interpretações desenvolvidas por Mariátegui e Sodré considerando a diferença temporal e espacial da produção de cada um. Parte-se do pressuposto que cada autor prioriza o estudo da particularidade história de Peru e Brasil, ambas, porém, no contexto mais amplo da América Latina e da colonização ibérica. Guardadas as amplas diferenças de realidades em foco, para ambos os autores a conclusão é que as duas realidades configuraram formações sociais híbridas feudal escravistas, que se adequaram às transformações derivadas das revoluções burguesas e, depois, do imperialismo, sem que qualquer ruptura efetiva tenha ocorrido. O Peru – até os anos 20 – não foi capaz de moldar uma burguesia orgânica, diferentemente do Brasil, que desenvolveu um capitalismo dependente com uma burguesia em condições de eventualmente se opor ao imperialismo, no começo dos anos 60. Assim, a revolução democrático-burguesa deveria ser concretizada por um diferente arco de forças sociais.

Palavras-chave: Mariátegui; Sodré; colonização, revolução burguesa; formações sociais.

Similarities between José Carlos Mariategui and Nelson Werneck Sodré

Abstract:

The objective of the following text is to observe the affinities in the interpretations developed by Mariátegui and Sodré, considering the temporal and spatial differences in their respective works. It is assumed that each author prioritizes the study of the historical particularities of Peru and Brazil, both, however, within the broader context of Latin America and Iberian colonization. Despite the vast differences in the realities under focus, both authors conclude that their realities developed hybrid feudal slaving that adapted to the transformations derived from the bourgeois revolutions and, later, from imperialism, without any effective rupture having occurred. Peru – until the 1920s – was unable to create an organic bourgeoisie, unlike Brazil, which developed a dependent capitalism with a bourgeoisie capable of eventually opposing imperialism, in the early 1960s. Thus, the bourgeois democratic revolution should be materialized by a different arc of social forces.

Keywords: Mariátegui; Sodré; colonization; bourgeois revolution; social formations.

Similitudes entre José Carlos Mariátegui y Nelson Werneck Sodré

* Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciência, Avenida Hygino Muzzi Filho, 737 (Mirante), Marilia – SP, CEP: 17525-900. delroio@terra.com.br
http://orcid.org/0000-0003-3276-8789

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

Resumen:

El objetivo del siguiente texto es observar las afinidades en las interpretaciones desarrolladas por Mariátegui y Sodré, considerando las diferencias temporales y espaciales en sus respectivas obras. Se asume que cada autor prioriza el estudio de las particularidades históricas de Perú y Brasil, ambas, sin embargo, en el contexto más amplio de la colonización latinoamericana e ibérica. A pesar de las grandes diferencias en las realidades analizadas, ambos autores concluyen que ambas configuraron formaciones sociales híbridas feudales-esclavistas que se adaptaron a las transformaciones derivadas de las revoluciones burguesas y, posteriormente, del imperialismo, sin que se produjera una ruptura efectiva. Perú, hasta la década de 1920, no logró moldear una burguesía orgánica, a diferencia de Brasil, que desarrolló un capitalismo dependiente con una burguesía capaz de oponerse eventualmente al imperialismo a principios de la década de 1960. Por lo tanto, la revolución democrático-burguesa debería ser realizada por un arco diferente de fuerzas sociales.

Palabras clave: Mariátegui; Sodré; colonización, revolución burguesa; formaciones sociales.

1. **Introdução**.

A primeira edição brasileira de *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, de José Carlos Mariátegui, é de 1974. A quarta capa apresenta parte de uma resenha escrita por Carlos Nelson Coutinho para a revista *Visão*, na qual afirma, em linhas densas, que "Antes de mais nada, cabe destacar o equilíbrio que Mariátegui estabelece, nos *Sete ensaios*, entre o que é universal e o que é particular na realidade peruana". Essa alusão lembra claramente a reflexão de Lukàcs na *Introdução a uma Estética Marxista*, de 1956, traduzida pelo mesmo Carlos Nelson Coutinho, junto com Leandro Konder, publicada em 1968 e com uma segunda edição em 1970.

Essa observação pode ser irrelevante, mas é muito importante para o objetivo desse intento, que é observar as afinidades nas interpretações desenvolvidas por Mariátegui e Sodré, considerando a diferença temporal e espacial da produção de cada um, e o de demonstrar como Mariátegui (e talvez Lukàcs) foi autor decisivo na elaboração teórico metodológica de Nelson Werneck Sodré de uma interpretação da realidade brasileira, notadamente no seu *Formação histórica do Brasil*, de 1962. Sodré faz referência a Mariátegui em apenas oito notas, mas a sua incidência na obra de Sodré

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

parece ser bem mais significativa, mesmo considerando e enormidade de autores que aparecem nas notas dessa obra.

A primeira observação a ser feita é que os *Sete ensaios* são precisamente uma coletânea de ensaios escritos entre janeiro de 1926 e janeiro de 1928, com o livro vindo a lume ainda em 1928, mesmo ano em que Mariátegui fundou o Partido Socialista. Mariátegui pretendia ainda entregar ao público outros ensaios, entre os quais um de nome "Ideologia e Política", que foi efetivamente redigido, sem se saber se até o final, mas que se perdeu com a sua morte ocorrida em 1930.

Esses e outros escritos de Mariátegui, em particular aqueles produzidos depois do retorno da Europa, estavam voltados a alimentar o projeto de uma revolução socialista no Peru e na América Latina. O livro de Sodré tem outro perfil, ainda que a finalidade fosse sempre esclarecer o processo revolucionário que avaliava como em andamento. Trata-se, nesse caso, de um manual universitário, voltado para um público mais amplo, que apresenta uma síntese da história do Brasil, segundo um enfoque marxista. O objetivo comum de ambos os autores é o de deslindar a perspectiva de uma revolução que supere a situação colonial e aponte para a transição socialista.

Neste texto, então, fazemos uma comparação entre autores de tempo e lugar diferentes, mas que trazem pontos de convergência bem marcados (Bloch, 1998). O procedimento a seguir é mostrar como Mariátegui percebia a natureza da formação social peruana e como ela poderia ser transformada. Na sequência, será visto, segundo um método filológico, como Sodré utiliza referências de Mariátegui na sua explicação da realidade brasileira. Em seguida, será abordada a interpretação de Sodré na configuração de uma teoria de Brasil e os pontos convergentes com a elaboração do autor peruano. Só depois disso é que se poderá considerar com cada um dos autores concebia a transformação revolucionária e seus sujeitos.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

2. Mariátegui e a interpretação da formação social peruana.

Depois de ter participado da movimentação em torno da reforma universitária, José Carlos Mariátegui foi para a Europa, onde permaneceu de fins de 1919 até meados de 1923. Desse tempo, cerca de dois anos foram passados na Itália, onde pode se embeber de uma parte da cultura política e filosófica que formava o ambiente daquele país, como o neoidealismo e o sindicalismo revolucionário. Mariátegui se opunha ao positivismo e ao mecanicismo que constituíam a ideologia do socialismo italiano. Tinha como referência autores cuja impostação mais forte residia na subjetividade, como Bergson e Sorel. Mesmo que com muitas analogias com Gramsci, é provável que a sua referência mais sólida tenha sido Piero Gobetti.

De todo modo, foi na volta ao Peru que absorveu, de fato, o marxismo, ainda que de um modo muito particular, considerada a sua formação pregressa, quando sustentava não haver "salvação para a Indo-América sem a ciência e o pensamento europeus ou ocidentais" (Mariátegui 1975, p. XXII). Mariátegui encontrou em Victor Raul Haya De La Torre o seu mais importante interlocutor sobre a questão dos caminhos da revolução peruana e latino-americana. Em 1926, fundou a revista *Amauta, a*proximou-se da Internacional Comunista a partir de 1927 e, em 1928, fundou o Partido Socialista, na sequência da ruptura com Haya De La Torre em torno da questão da frente única. Participou dos debates do movimento comunista com contribuições importantes. Mariátegui foi colhido precocemente pela morte em 1930, com apenas 35 anos de idade.

De 1926 a 1930, Mariátegui amadureceu uma leitura da realidade peruana que se materializou no influente livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.* Nessa obra, analisa a particularidade da formação social peruana dentro do contexto do colonialismo e do universal desenvolvimento do capitalismo. Assim que "analisada, no contexto da história mundial, a independência sul-americana apresenta-se ditada pelas

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

necessidades do desenvolvimento da civilização ocidental ou, mais exatamente, capitalista" (Mariátegui, 1975, p. 06)[1].

Mariátegui seguia a hipótese de que a organização social que existia quando da invasão espanhola, no início do século XVI, era uma forma de socialismo agrário. Não escapa a analogia com a leitura dos *narodiniks* russos no que se refere ao passado e futuro das comunas agrárias russas. Muito indicativo de como Mariátegui via o Peru como uma variante de Oriente, quando anota que

> o feudalismo permitia, igualmente, que persistissem as comunidades rurais na Rússia, país com o qual o paralelo é sempre interessante, pois, de seu processo histórico, aproxima-se o destes países agrícolas e semifeudais, muito mais que aos países capitalistas do Ocidente (Mariátegui, 1975, p. 44).

O império incaico se estabeleceu em torno da propriedade coletiva da terra e pode-se observar que

> A organização coletivista, regida pelos Incas, enfraquecera nos índios o impulso individual, mas neles, desenvolvera extraordinariamente em proveito desse regime econômico, o hábito de uma humilde e religiosa obediência ao seu dever social (Mariátegui, 1975, p. 03).

Citando estudiosos da sociedade incaica (mesmo que essa expressão não seja a mais adequada), Mariátegui concorda que havia a propriedade comunitária do campo organizada em torno do culto da terra e do Sol. Havia uma classe dirigente, que organizou o território com cidades e estradas, com uma população hoje estimada em torno de pelo menos 15 milhões de habitantes.

A intenção dos conquistadores espanhóis não poderia ser outra senão a implantação de uma sociedade feudal no Peru. O feudalismo na Espanha se conformou na esteira da chamada Reconquista sobre os territórios ocupados por árabes e berberes na

[1] Há uma bibliografia que tenta mostrar como Mariátegui teria se contrastado com a Internacional Comunista desde a fundação do Partido Socialista, mas essa hipótese não parece ser sustentada pela documentação existente. A delegação peruana, com Mariátegui ausente, participou ativamente do congresso comunista de junho de 1929, com proposições polêmicas, que foram bem consideradas. Dado que já havia falecido é impossível saber como Mariátegui reagiria depois ao andamento da reunião da SSA/IC de maio de 1930, que buscou enquadrar a política dos partidos comunistas segundo as diretrizes do X pleno do Comite Executivo da IC, cujo desdobramento foi a substituição da maior parte das direções partidárias, inclusive Astrojildo Pereira, no Brasil.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

península ibérica, uma formação social que teve que se confrontar com a baixa densidade demográfica e com a necessidade de muitos homens em armas, o que deixava a atividade agrícola em séria dificuldade.

A sociedade indígena estava organizada segundo uma evolução orgânica, mas o golpe da Conquista espanhola gerou uma cisão histórica de grandes proporções. Aos colonizadores faltava base demográfica própria e a sua ação, pelo contrário, devastava a população indígena. Por conta disso, "para o trabalho nas fazendas litorâneas, recorreu-se à importação de escravos negros; aos elementos e características de uma sociedade feudal, acrescentaram-se elementos e características de uma sociedade escravista" (Mariátegui, 1975, p. 04).

Contudo, Mariátegui lembra que o "comunismo agrário" do império inca, séculos depois, ainda resistia e que "a colônia, impotente para organizar no Peru pelo menos uma economia feudal, enxertou nesta elementos de economia escravista" (Mariátegui, 1975, p. 37). Assim é que Mariátegui constata que a formação social colonial aparece como uma sobreposição do escravismo ao elemento feudal que já havia se encimado ao comunismo agrário incaico. A escravidão de africanos se impôs por conta da devastação demográfica provocada contra os indígenas, que sacrificaram suas vidas na mineração. Os africanos, porém, foram mais utilizados na agricultura litorânea e em trabalhos domésticos.

Mariátegui chama atenção para a congruência que existia entre a propriedade comunitária dos indígenas com a propriedade feudal. Assim se estabeleceu o instituto das "encomendas", por meio do qual "o regime agrário colonial determinou a substituição de grande parte das comunidades agrarias indígenas por latifúndios de propriedade individual, cultivados pelos índios sob uma organização feudal" (Mariátegui, 1975, p.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

43). De tal modo que a comunidade conseguia ainda sobreviver, mesmo que dentro de um regime de servidão.

A colonização espanhola, portanto, gerara uma organização social híbrida feudal-escravista, que ainda convivia com a resistência das comunidades indígenas. Mariátegui percebe como a Independência estava associada às revoluções burguesas e à ascensão da Grã-Bretanha como força motriz do capitalismo. Enfim, para as classes dominantes da América do Sul interessava se desvencilhar da Espanha (e Portugal) e se enveredar na rota do avanço da "civilização ocidental". O problema é que o Peru está geograficamente voltado para o Oriente e isso de certa forma condicionou o comércio e o fluxo migratório.

Na falta de uma "burguesia orgânica", nos primeiros tempos o poder ficou em mão de caudilhos militares. O tráfico de africanos foi suspenso já em 1821, mas o trabalho escravo perdurou até 1854. A tentativa de trazer chineses para substituir a escravidão de africanos apenas deu suporte a que as características feudais perdurassem e o desenvolvimento do capitalismo e a ocidentalização do Peru fossem retardados (a analogia com o Brasil é patente). Está bastante evidente em Mariátegui a intenção de conduzir o Peru de Oriente a Ocidente, a intenção de ocidentalizar o país, algo que ocorreria por meio de uma revolução em condições de romper efetivamente o nexo colonial.

Rompidos os laços coloniais com a Espanha, dada a inexistência de fundamentos concretos para uma revolução burguesa, a política liberal do novo Estado voltou-se contra as comunidades indígenas e fortaleceu a propriedade feudal. Liberalismo e feudalismo não se mostraram opostos ou excludentes.

A guerra do Pacífico, que redundou na derrota do Peru e Bolívia frente ao Chile (1879-1884), foi uma disputa pela posse de jazidas de guano e salitre, produtos demandados pela economia industrial inglesa. Em torno da exportação do guano e do

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

salitre se formou no Peru um embrião de burguesia mercantil e bancária, em um país que até então mantinha "características aristocráticas e feudais" (Mariátegui, 1975, p. 09).

A economia exportadora com esse perfil não foi capaz de atrair migrantes europeus, mas deu o impulso inicial para a transformação capitalista, ao mesmo tempo que gerava uma dualidade com a mineração, que prevalecia na região serrana. Mariátegui afirma que "[n]o período dominado e caracterizado pelo comércio do guano e do salitre, o processo de transformação de nossa economia, do feudalismo para a burguesia, recebeu seu primeiro e enérgico impulso" (Mariátegui, 1975, p. 11).

A derrota na Guerra do Pacífico, no entanto, provocou uma séria depressão econômica no país e um retorno aos governos militares. A crise foi superada com o fortalecimento da burguesia (mercantil) e com a reorganização da economia colonial, com a confirmação do predomínio da Inglaterra e o aumento do peso do litoral sobre o interior. Mariátegui, contudo, insiste na afirmação

> de que no Peru atual coexistem elementos de três economias diferentes. Sob o regime de economia feudal, nascido da Conquista, subsistem na serra alguns resíduos ainda vivos da economia comunista indígena. No litoral, sobre um solo feudal, cresce uma burguesia que, pelo menos em seu desenvolvimento mental, dá a impressão de uma economia retardatária (Mariátegui, 1975, p. 14).

Em suma, Mariátegui percebe no Peru uma formação social compósita e híbrida, na qual conviviam três diferentes temporalidades e uma dualidade regional em meio a uma grande desigualdade social. Mantido o nexo colonial, este cenário complexo, que, em última instância, definiria a particularidade concreta do país. Para aprofundar esse quadro, Mariátegui anota que o Peru, ainda que a mineração tivesse ganhado destaque depois da Primeira Guerra Mundial, continuava a ser um país predominantemente agrícola, atividade que ocupava a maioria indígena da população. De outra parte,

> a classe latifundiária não conseguiu se transformar numa burguesia capitalista, dona da economia nacional. A mineração, o comércio e os transportes, encontram-se nas mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários contentaram-se com servir-lhes de intermediários na produção de algodão e açúcar. Esse sistema econômico conservou, na agricultura, uma organização semifeudal, que se

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

> constituiu no mais pesado lastro do desenvolvimento do país (Mariátegui, 1975, p. 15).

A referida organização semifeudal era chamada de *gamonales* e continuava a submeter os indígenas numa estrutura que envolvia desde a exploração da terra até a organização do Estado e que se expandiu por sobre a terra comunal que subsistia. Assim que, para o autor, "o problema agrário apresenta-se principalmente como o problema da extinção do feudalismo no Peru" (Mariátegui, 1975, p. 33).

A indústria que se desenvolve surge segundo interesses britânicos, o que confirma a situação colonial. Mariátegui nota ainda como na costa o latifúndio feudal consegue se capitalizar e como a comunidade indígena foi superada por completo, mas na serra as condições feudais prevalecem e as comunidades indígenas ainda sobrevivem. Aparece então a defesa da comunidade, não só como instância econômica mais produtiva, mas também como forma de defesa e preservação de uma tradição cultural (Mariátegui, 1975, p. 61)[2].

3. Sodré e o uso de Mariátegui na interpretação da formação social brasileira

Sodré tem uma formação bastante diferente da de Mariátegui e não só por ser de outra geração. Como militar, a educação positivista foi bastante importante em sua trajetória. Mesmo as leituras marxistas iniciais foram aquelas marcadas pelo determinismo e pelo economicismo, como o exemplo de Plekhanov. De todo modo, a aproximação de Sodré com o marxismo ocorreu relativamente tarde, já nos anos 1950, quando contava com mais de 40 anos. Com muitos livros antes escritos, em 1958, Sodré publicou *Introdução à revolução brasileira.* A visão que predomina nessa obra é muito semelhante à de Caio Prado Jr., com a ênfase na determinação externa, do capital comercial e do mercantilismo. No entanto, desde então reconhece que, no início da

[2] Não pode passar despercebida a referência aqui de autores como Proudhon e Sorel, marcas da sua formação europeia.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

colonização, "a legislação é feudal, mas a realidade gera o escravismo" (Sodré, 4. ed., 1978, p. 20). Na interpretação do autor, na colônia portuguesa se desenvolve "uma forma singular de escravismo, o escravismo colonial, estreitamente vinculado ao surto comercial em desenvolvimento" (Sodré, 4. ed., 1978, p. 120).

Mesmo que nesse livro Sodré privilegie a "empresa colonial" e não fale de feudalismo no Brasil, há menção ao escravismo colonial (vinte anos antes de Jacob Gorender, que pretendeu ser o criador dessa categoria). É notável que esse livro tenha tido 4 edições, a última das quais de 1978. Na primeira edição, estavam reunidas conferências ministradas entre 1956 e 1958. Uma dessas conferências referia-se à questão racial, que chamava atenção para a miscigenação de povos de diversas origens no Brasil e de como os preconceitos tendiam a declinar, na medida em que se esclarecia ser o racismo uma ideologia do imperialismo. O capítulo sobre "Quem é o povo no Brasil?" foi publicado em volume avulso, em 1962, como parte da Coleção *Cadernos do Povo Brasileiro.* As edições posteriores passaram por alterações, com a retirada do capítulo sobre a questão militar (que veio a ser um livro à parte) e a inclusão de outros, mas não houve revisão de fundo do conteúdo.

Mas foi efetivamente no *Formação histórica do Brasil* que Sodré amadureceu a sua leitura de Brasil. Se desde 1956 ministrava a disciplina com este mesmo nome no ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros, nesse tempo também pôde avançar nos estudos, na pesquisa e na revisão, "para reformulação de conceitos e estudo de fundamentos teóricos referentes a fases controversas" (Sodré, 1962, p. ix). Uma das mudanças na sua concepção, diz Sodré, era "essencial", ou seja, uma mudança de fundo em relação ao precedente. Sodré não diz qual é essa grande alteração na sua visão da realidade brasileira, apenas afiança que o livro "deriva de uma posição política" (idem).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

No *IRB* Sodré já alimentava alguma esperança na burguesia nacional como agente construtor de uma "economia nacional", ao observar que a classes sociais encontravam-se mais bem delineadas na metade dos anos 1950. Assim, o mais provável é que a mudança essencial na visão de Brasil fosse a percepção da existência de uma forma particular de relações feudais, que ainda persistiam, e de uma burguesia nacional, que disputaria o controle do mercado interno com o imperialismo. Uma economia nacional pressupunha o desenvolvimento de forças produtivas junto com classes sociais do capitalismo bem conformadas, condições para a definição de um povo/nação e um Estado nacional.

No livro sobre a *FHB,* Sodré utiliza uma bibliografia vastíssima identificada nas longas notas de fim de capítulo. O autor evita citações no corpo do texto, mas não poupa espaço para as citações e referências ao fim de cada capítulo, nem todas tão óbvias. Essa bibliografia mostra autores importantes de língua francesa, como Henri Sée, Henri Pirenne e Marc Bloch, e um número expressivo de autores da América Latina. A historiografia e a analítica brasileira são citadas à exaustão, incluindo muitos autores dos quais diverge amplamente quanto à interpretação da forma social e histórica do Brasil, como Roberto Simonsen e mesmo Caio Prado Jr. Fica evidente a influência de Celso Furtado, que pouco antes havia publicado o seu *Formação Econômica do Brasil* (1959). Decisiva aparece a cuidadosa leitura d'*O capital,* de Karl Marx, citado em profusão de uma edição francesa, para respaldar as suas interpretações.

Nessa imensidão de autores utilizados percebe-se também a presença de José Carlos Mariátegui, citado pela primeira vez apenas no quarto capítulo, que trata da "Independência". Na página 178, Sodré nota o impacto ideológico das revoluções burguesas, dos Estados Unidos e da França, sem que, no entanto, houvesse bases concretas similares na América colonizada por Portugal e Espanha. A nota 21, na página

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

211, se refere a Mariátegui numa passagem mais complexa, que indica como a Independência foi uma necessidade para que a América ibérica se adequasse aos novos tempos, mas evidencia que os beneficiados foram a embrionária burguesia (mercantil) formada pela população criolla.

A formação dos Estados da América Latina foi um reflexo necessário das revoluções burguesas na Europa e na América do Norte, e não outra onda de revoluções burguesas. As formas sociais produzidas pela colonização apenas se adaptaram às novas condições. Em suma, "situada no plano da história mundial, a independência sul-americana apresenta-se decidida pelas necessidades do desenvolvimento da civilização ocidental, ou, melhor dito, capitalista" (Mariátegui, 1955, p. 08).

Todas as outras citações de Mariátegui estão muito próximas no capítulo "Império". Sodré comenta, na página 226, como a cultura do café estimula a urbanização do interior e aproveita para invocar Mariátegui na nota 4, da página 278, na qual afirma que

> A sobrevivência da feudalidade na Costa traduz-se na languidez e pobreza de sua vida urbana. O número de burgos e cidades da Costa é insignificante. E a aldeia propriamente dita não aparece quase senão nos poucos retalhos de terra em que a campina acende ainda a alegria de suas parcelas em meio ao agro feudalizado (Mariátegui, 1955, p. 38).

Na página 242, Sodré afirma que na chegada à metade do século XIX, nota-se "a consolidação da classe senhorial no poder". Atente-se que Sodré identifica a classe dominante brasileira como "classe senhorial", não as imprecisas ou mesmo equivocadas categorias de burguesia ou até oligarquia, pois que era de fato classe senhora de terras e de escravos. Na nota 17, que se encontra na página 282 do mesmo livro, há uma citação de Mariátegui relativa ao Peru, que corrobora essa afirmação:

> A classe proprietária não conseguiu transformar-se numa burguesia capitalista, patrocinadora da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes, encontram-se em mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários contentaram-se em servir de intermediários para este, na produção de algodão e de açúcar. Esse sistema econômico manteve na agricultura uma organização semifeudal que constitui o obstáculo mais pesado ao desenvolvimento do país (Mariátegui, 1955, p. 17).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

As referências a Mariátegui estão mais concentradas no intertítulo "Escravidão e servidão", no qual Sodré aborda um dos pontos mais polêmicos de sua interpretação de Brasil ou Teoria de Brasil (como diria José Paulo Netto, 2011). Sodré afirma que "o fenômeno de transição de vastas áreas antes escravistas a um regime caracterizado de servidão ou semisservidão é possível, no Brasil, pela disponibilidade de terras" (Sodré, 1962, p. 247), de onde se conclui que "trata-se de um quadro feudal inequívoco" (Sodré, 1962, p. 248)[3].

O problema todo está posto por conta da ausência de uma classe burguesa, questão que se apresenta no conjunto das antigas colônias de Portugal e Espanha. Cita, então, novamente, Mariátegui na nota 21, página 284, que afirma:

> O problema agrário é, antes de tudo, o problema da liquidação do feudalismo no Peru. Essa liquidação deveria ter sido realizada pelo regime demo-burguês formalmente estabelecido pela revolução da independência. Mas, no Peru, não tivemos, em cem anos de república, uma verdadeira classe burguesa, uma verdadeira classe capitalista (Mariátegui, 1955, p. 35).

Na ausência de uma classe burguesa sólida, a crise do escravismo no Brasil encara duas possibilidades de superação: a passagem para o trabalho livre assalariado ou para a servidão, dependendo das condições de cada região. Esses dois caminhos indicam também o surgimento de uma grande desigualdade regional, que seria a origem da questão nordestina (o que faz lembrar Gramsci na análise da questão meridional italiana). No Nordeste, a passagem foi mais para as condições feudais e no Sudeste foi mais para o capitalismo, ainda que em ambas as regiões essas duas formas estivessem sobrepostas e vinculadas.

A dificuldade e a lentidão da superação do trabalho escravo são explicadas por Sodré com a presença forte da ideologia do colonialismo, com destaque para o racismo.

[3] Talvez seja desnecessário dizer que por quadro feudal ou mesmo feudalismo entende-se simplesmente a predominância de relações sociais caracterizadas pela hierarquia e dependência pessoal consolidada pela coerção e pelo costume. Não significa qualquer semelhança mais forte com o feudalismo da Europa ocidental dos séculos XI-XIV, esse mesmo caracterizado por grande diversidade de formas.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

Em relação ao Peru, Mariátegui, citado por Sodré na nota 22, afirma: "A suposição de que o problema indígena seja um problema étnico nutre-se no mais envelhecido repertório das ideias imperialistas. O conceito de raças inferiores serviu ao ocidente branco para a sua obra de expansão e de conquista" (Mariátegui, 1955, p. 31).

Sodré lembra mesmo que a autonomia dos países da América ibérica não alterou os fundamentos da vida econômica e da dominação de classe, tendo ocorrido apenas a interiorização da estrutura colonial. Na nota 26, na página 285, o autor cita Mariátegui mais uma vez, que sustenta que o Peru teria se libertado de parte da ideologia colonial,

> Mas de seu cimento econômico, enraizado nos interesses de uma classe cuja hegemonia a revolução da independência não cancelou, não nos libertamos ainda. As raízes do feudalismo estão intactas. Sua continuação é responsável, por exemplo, pelo retardo em nosso desenvolvimento capitalista (Mariátegui, 1955, p. 37).

A luta pela Independência, em todo o continente, coincidiu com uma crise da economia de exportação. No caso do Brasil, a retomada ocorreu com a expansão da cultura do café perto da segunda metade do século, mas num quadro internacional que acentuava a divisão internacional do trabalho e realocava a economia brasileira como dependente. De novo, na nota 27, na página 285, Mariátegui é citado para mostrar como o Brasil se situava no quadro internacional, que incluía toda a América ibérica:

> A grande propriedade não fez senão adaptar-se ao impulso que vinha de fora. O capitalismo estrangeiro, em sua perene busca de terras, braços e mercados, financiou e dirigiu o trabalho dos proprietários, emprestando-lhes dinheiro, com a garantia de seus produtos e de suas terras. (...). Seu interesse enraíza nos altos preços para os produtos agrícolas de exportação ou alterações na taxa de câmbio exterior quando os preços de seus produtos baixam (Mariátegui, 1955, p. 21).

De qualquer maneira, mesmo que a classe dominante seja ainda a dos senhores de terras e de escravos ou servos, as modificações no perfil das classes na vida social brasileira são inegáveis. A formação de diferentes frações dentro das classes dominantes e o surgimento de uma classe média urbana são significativos. Frente a qualquer ameaça, porém, os dominantes aparecem unidos. Nesse ponto é que Sodré insere a última nota de citação a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

Mariátegui, que parece ser uma ideia mais complementar do que explicativa. A nota 36, na página 287, enuncia a seguinte passagem do pensador revolucionário peruano:

> Estabeleceu-se, assim, um contato contínuo e crescente entre a América do Sul e a civilização ocidental. Os países mais favorecidos por esse tráfico foram, naturalmente, pela sua maior proximidade da Europa, os situados no Atlantico. A Argentina e o Brasil sobretudo atraíram para o seu território capitais e imigrantes europeus em grande quantidade. Fortes e homogêneos aluviões ocidentais aceleraram nesses países a transformação da economia e da cultura. (...) A execução de um programa demoliberal ficava, na prática, entravada e sabotada pela sobrevivência de um regime feudal na maior parte do país. Não é possível democratizar o ensino de um país sem democratizar a sua economia e sem democratizar, principalmente, sua superestrutura política (Mariátegui, 1955, p. 87).

Mariátegui reconhecia a dificuldade dos países do Pacífico para atrair migrantes europeus em número significativo e também capitais, algo mais fácil para a costa Atlântica. Deve ser notado, no entanto, que a costa Atlântica contou com a presença mais persistente da Inglaterra no controle dessas economias e que os Estados Unidos começaram a sua penetração na América do Sul pela via do Pacífico.

4. A leitura de Brasil de Sodré e a proximidade com Mariátegui.

Pode-se então mais uma vez afirmar que Mariátegui encarava o Peru contemporâneo como produto de diferentes temporalidades sobrepostas ao comunismo agrário existente antes da invasão espanhola: o feudalismo imposto pelos colonizadores, que se articulou ao escravismo e um capitalismo de desenvolvimento truncado, por conta da pesada sobrevivência do passado e da conexão com o imperialismo. Essa sobreposição de tempos gerou, ademais, uma desigualdade social e regional de grandes proporções. Mariátegui tinha claro que o Peru era "Oriente" e que tinha muita dificuldade para se ocidentalizar, mas percebia que Argentina e Brasil tendiam a se ocidentalizar, em razão do fluxo migratório europeu e do fluxo do capital imperialista, que contribuía para o desenvolvimento do capitalismo e para o surgimento de uma burguesia mais expressiva.

Uma primeira aproximação entre esses autores é precisamente a notável visão continental na qual inserem as suas análises. O exame da particularidade de seus países

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

de fato pressupõe essa perspectiva mais ampla, assim como também exige a avaliação conjunta da colonização e do capitalismo, ainda que as determinações internas da formação social em questão sejam decisivas, uma vez que envolvem os grupos sociais em suas contradições. Brasil e Peru estão colocados na cena da expansão colonial mercantil dos reinos ibéricos, mas se distanciam não só pelo fato de serem principalmente portugueses ou espanhóis que se assenhoraram do território, mas efetivamente pela realidade díspar encontrada em cada região.

Em *FHB,* Sodré parte da ideia de que, no decorrer da História, numa sequência lógica, houve diferentes regimes de produção, a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo, que começava a existir na URSS. Essa afirmação decerto é abstrata ou mesmo simplista para o conhecimento adquirido desde então sobre a evolução sociocultural da humanidade, mas serviu para aventar uma hipótese explicativa da realidade brasileira, que guarda inegável proximidade com a interpretação de Mariátegui. Diz Sodré:

> O estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto deste livro [*FHB*], mostra não só a vigência aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada uma daquelas formas, de cada um daqueles regimes de produção, salvo o último, sucessivamente, como a sua coexistência ao longo do tempo e ainda hoje, - é a contemporaneidade do não coetâneo, um dos traços específicos do caso brasileiro, mas não privativo desse caso. Coexistem, no Brasil, regimes de produção diferentes de tal sorte que geram antagonismos por vezes profundos entre regiões do País (Sodré, 1962, p. 04).

Apenas essa citação bastaria para descartar as críticas sobre um presumível mecanicismo ou esquematismo da teoria de Sodré sobre o processo histórico brasileiro, mas serve também para comprovar desde logo a convergência interpretativa que tem com Mariátegui. Considerada a diferença do peso histórico dos indígenas no Peru e no Brasil,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

Sodré confere pouca importância a esse grupo, sem deixar de notar que foram vítimas de extermínio e submissão do trabalho, como servos ou escravos[4].

Em relação a Portugal, Sodré afirma que, desde a fundação do reino, o grupo mercantil tem importância, mas não conta com tantos benefícios quanto a nobreza e a Igreja. Observa também que sua expansão territorial cria uma área escravista no Sul. Essa é uma informação importante, pois se nota que, mesmo em Portugal, havia a coexistência de uma área feudal predominante com uma área escravista (provavelmente expandida a partir da experiência dos reinos africanos). O grupo mercantil se assenhora do poder em 1385, num momento que confirma a tendência a se conformar zonas especializadas no comércio no continente europeu, em particular na península italiana e nos Países-Baixos.

O grupo mercantil, no entanto, quando o poder político português decide se assenhorar de fato das terras brasileiras, já vinha perdendo influência em razão da força maior dos comerciantes holandeses. A tentativa de ocupação da terra foi feita por meio da distribuição de capitanias hereditárias (ou donatárias) para elementos da pequena nobreza, que receberiam uma parte da terra e concederiam outra parte ao modo de sesmarias. Como o problema essencial era o da força de trabalho, não o da terra, o empreendimento fracassou, pois, diferentemente do altiplano andino, não houve como submeter uma massa de indígenas à servidão, já que a população era mais rala e a forma social um "comunismo primitivo". A transposição feudal falhou e

> assiste-se, assim, o colonizador, originário de uma área em que domina o modo feudal de produção, regredir ao modo escravista, por imposição da finalidade mesma da produção colonial. Verifica-se, claramente, que a exploração colonial e o trabalho escravo são sinônimos, são peças inseparáveis do mesmo processo (Sodré, 1962, p. 70).

Coloca-se aqui um elemento da maior importância na teoria de Sodré e que também está presente em Mariátegui, que é a ideia de regressão do feudalismo ao escravismo. Decerto,

[4] Certo que Sodré não tinha e nem poderia ter conhecimento das formas sociais relativamente avançadas dos indígenas que povoavam o Brasil no momento da chegada dos europeus, conforme comprovam descobertas recentes, em particular na Amazonia.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

do ponto de vista da lógica histórica, o feudalismo sucede o escravismo, conforme pode ser observado na trajetória do Ocidente europeu[5]. A regressão seria, então, uma particularidade de algumas formas sociais produzidas pela colonização.

A localização litorânea é característica do escravismo, tanto no Peru quanto no Brasil, derivada do fato de que a produção é feita para exportação e que é também uma zona de importação de africanos escravizados. O resultado é o fortalecimento do capital mercantil, que se ocupa do tráfico interoceânico.

A particularidade do escravismo que se estabelece no Brasil decorre do fato de não ter surgido da desintegração da comunidade primitiva e de ter sido implantado por uma classe de colonizadores advindos de uma forma social feudal, a portuguesa, com significativo peso do capital mercantil. Ainda que tenha havido um empenho da coroa portuguesa para, por meio da legislação, implantar uma forma social feudal no Brasil, essa não se mostrou possível e a única alternativa viável veio a ser o escravismo. Mas o escravismo, com base na grande propriedade e na produção monocultora destinada à exportação configurou-se plenamente apenas no Nordeste.

Nas outras regiões a colonização ocorreu por meio da subordinação dos indígenas para trabalho doméstico e de economia de sobrevivência. O destaque ficou para a disputa pelo trabalho dos indígenas entre colonizadores (não só portugueses) e missionários jesuítas. Os indígenas só começaram a serem escravizados e comercializados quando da ocupação holandesa no Nordeste, na primeira metade do século XVII. Quando decaiu esse comércio, pelo reestabelecimento das linhas intercontinentais do tráfico negreiro, os paulistas se aventuraram na busca de minérios.

[5] De novo, é importante anotar que a complexidade das formas sociais na antiguidade, do escravismo antigo e do feudalismo na Europa ocidental, é bem maior do que afirmações peremptórias possam transparecer.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

De outra parte, a atividade pastoril, que nasce acoplada ao centro produtor escravista, aos poucos se dissocia, na medida em que avança para o interior do sertão. É então que "geram-se relações feudais no pastoreio, pela sua incompatibilidade com o trabalho escravo" (Sodré, 1962, p. 123) e "surge e cresce uma área de relações feudais, paralela à área escravista" (Sodré, 1962, p. 125).

No século XVIII, surgem duas novas área escravistas na colônia. Uma no Maranhão, com a produção de algodão, estimulada pelos problemas gerados na América do Norte, decorrentes da Revolução Americana. A outra foi nas Minas Gerais, com a descoberta do ouro, cujas implicações foram uma primeira interiorização da colonização e o estabelecimento de uma conexão entre a região nordestina e sulista. Ambas, no entanto, foram de curta duração e já pelo final do século enfrentavam o declínio.

Aqui se apresenta a terceira hipótese de Sodré sobre a difusão e a conformação de relações feudais no Brasil. A primeira, desde logo fracassada, foi o esforço inicial dos colonizadores de implantar uma forma feudal por meio das capitanias hereditárias, a segunda foi a expansão da atividade pastoril em direção ao sertão e, agora, a terceira, que surge com o declínio do escravismo. Essa terceira forma apresenta as relações feudais como regressão, considerado que o escravismo, no seu ápice, era mais produtivo e demograficamente mais significativo.

As contradições que levariam ao movimento pela Independência se desenrolam num cenário no qual a economia da colônia encontra-se reduzida a uma série de zonas de baixa produtividade e sem conexão interna, numa tendência geral de feudalização, que aflora nas lutas separatistas, que ocorrem em diversas regiões até 1848. A salvação ocorre pela eclosão de uma nova zona escravista, produtora de café e que potencializou a centralização política no Rio de Janeiro e o poder em mãos da classe senhorial.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

No entanto, o escravismo já estava condenado. A proibição da importação de novos escravizados da África, em 1850, estimulou o tráfico interno, mas essa não poderia ser a solução. O trabalho escravo não estava só condenado economicamente, mas não poderia resistir ao movimento social e político pela abolição. A tentativa de incorporar trabalhadores chineses como servos fracassou, como fracassara também no Peru (e mesmo nos Estados Unidos). A diferença foi a dificuldade incontornável do Peru atrair migrantes da Europa, diferentemente do Sul do Brasil e do entorno do Rio da Prata. O que Mariátegui não se deu conta, aparentemente, é que a migração europeia para a Argentina praticamente substituiu a população originária, vítima de genocídio, enquanto no Brasil já havia uma população que se miscigenou nos quatro séculos anteriores, aos quais os novos migrantes viriam a se somar.

No Brasil, enfim, reafirmando a leitura de Sodré, havia duas tendências: no Sudeste, a tendência era de uma transição capitalista, basicamente sustentada na economia do café; no resto do País, prevalecia a tendência para a constituição de condições feudais, como ordem social que sucederia o escravismo. Criou-se, então, uma clara diversidade territorial, de onde surgiu a histórica questão nordestina (como havia surgido a questão da serra no Peru e a questão meridional na Itália, que se unificava). Não se tratava, exatamente, de um dualismo, mas de um claro colonialismo interno. Mesmo assim, houve o esforço dos senhores de terra do Sudeste de encaminhar os migrantes para condições servis por meio do endividamento. Apenas a luta dos trabalhadores pôde fazer com que aparecesse efetivamente um proletariado livre para vender a sua força de trabalho.

Sodré considera que o momento que perpassa a abolição da escravatura, a crise da monarquia e a implantação da República (1888-1894) possibilitou a divisão entre as classes dominantes e a emergência da classe média urbana manifestada na ação de setores

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

do Exército, que indicavam elementos de uma revolução burguesa. A debilidade da base social deu margem a que as oligarquias recompusessem as suas alianças e estruturassem a federação ao modo de ampla autonomia das oligarquias regionais e garantia do predomínio de São Paulo e Minas Gerais, em um claro reforço das condições feudais no cenário nacional. Esse teria sido o meio de adequar o Brasil às condições da nova fase do capitalismo, a fase imperialista, iniciada em torno de 1880.

A dominação das oligarquias só era contestada quando se dividiam e possibilitavam a pressão da classe média. A crise final do regime ocorreu precisamente por conta da divisão entre as oligarquias regionais e a pressão da classe média, sob a forma do movimento dos jovens militares, que ficou conhecida como tenentismo. Nesse livro, Sodré dá pouca importância às classes sociais do capitalismo que vinham ganhando forma e identidade política. Nem a classe operária, nem a burguesia são devidamente consideradas e a ênfase recai mesmo sobre a ação da classe média (ou pequena burguesia).

Peru e Brasil, para não dizer quase toda a América meridional, adentravam um momento de maior penetração imperialista e atualidade da revolução burguesa. De novo, a questão ficava por conta da particularidade de cada país ou região.

5. A teoria da revolução em Mariátegui

O VI congresso da Internacional Comunista foi realizado entre julho e setembro de 1928. Um Congresso longo e que se concluiu com compromissos entre vertentes que tinham leituras conflitantes sobre a crise e o que seria a fase seguinte do capitalismo e do desenvolvimento da URSS. De todo modo, caberia a cada partido adequar a sua linha política particular às orientações gerais emanadas do congresso mundial. No caso da América Latina, esses congressos nacionais serviriam também de preparação para uma Conferência continental, que se realizaria em junho do ano seguinte. No Peru, o partido surgiu estimulado pela IC, mas também pela decisão da Aliança Popular Revolucionária,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

de Haya De La Torre, de se definir como partido e não mais como um organismo de frente única.

Em outubro de 1928, por ocasião da fundação do Partido Socialista do Peru, Mariátegui entregou o esboço dos princípios que deveriam orientar a agremiação que então se organizava. Há a claríssima percepção de que a particularidade peruana, concreta, só é compreensível dentro do "caráter internacional da economia contemporânea" e do "caráter internacional do movimento revolucionário do proletariado (Mariátegui, 2011, p. 205).

Mariátegui considera que a ideologia liberal não tem mais validade para o Peru, com um "povo semifeudal", na "etapa dos monopólios e do imperialismo". A ausência de uma burguesia vigorosa impede que o Peru se emancipe do seu passado colonial o que força a compreensão de que "somente a ação proletária pode primeiro estimular e depois realizar as tarefas da revolução democrático-burguesa que o regime burguês é incompetente para desenvolver e cumprir (Mariátegui, 2011, p. 206). O raciocínio se completa com a afirmação de que, "Cumprida a sua etapa democrático-burguesa, a revolução se torna, em seus objetivos e doutrina, uma revolução proletária" (Mariátegui, 2011, p. 207).

Percebe-se que Mariátegui estava plenamente inserido no âmbito da Internacional Comunista, o que a seguinte afirmação comprova: "A práxis do socialismo marxista neste período, é a do marxismo-leninismo. O marxismo-leninismo é o método revolucionário da etapa do imperialismo e dos monopólios. O Partido Socialista do Peru adota-o como método de luta" (Mariátegui, 2011, p. 206).

O Congresso Comunista, realizado em Buenos Aires, em junho de 1929, seguiu ainda a orientação do VI Congresso e entendeu que a América Latina, na sua generalidade, era uma zona semicolonial, que lutava pela revolução democrático-

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

burguesa, que deveria resolver a questão da independência nacional plena e a questão agrária. Essa revolução seria feita pela aliança operário-camponesa em eventual coligação com a pequena burguesia. A burguesia era considerada força contrarrevolucionária, pois que vinculada ao imperialismo, e o proletariado deveria desde já lutar pela condução do processo[6].

Sempre coerente com a análise da particularidade peruana, dentro dessa avaliação geral, Mariátegui entende que no Peru a pequena burguesia não poderia cumprir qualquer papel revolucionário, ao passo que as comunidades indígenas poderiam desempenhar um papel importante na construção socialista. Em reunião realizada em março de 1930, conduzida por Mariátegui, decidiu-se respeitar a orientação do Secretariado Sul-americano da IC e mudar o nome da organização para Partido Comunista do Peru. A morte colheria José Carlos Mariátegui em 16 de abril daquele ano, o que lhe impediria de conhecer as duríssimas decisões tomadas no encontro dos partidos comunistas, realizado em maio seguinte, cujas implicações foram a imposição de uma leitura da crise mais afinada com aquela do grupo de Stálin e uma mudança nos grupos dirigentes partidários[7].

O Partido Comunista Brasileiro, por sua vez, realizou o seu III Congresso nacional na passagem do ano 1928 para 1929, levando em consideração a discussão travada em Moscou, quando da reorganização do SSA/IC, um dos episódios paralelos do VI Congresso. As teses para a Conferência de Buenos Aires também foram estudadas no encontro. O resultado não foi muito diferente daquilo que vinham elaborando Astrojildo Pereira e Octavio Brandão. A revolução democrático-burguesa que se avizinhava seria realizada pela aliança do proletariado com o campesinato e a pequena burguesia

[6] O documento do VI congresso mundial dispensou apenas uma tese para a América Latina, mas, em paralelo a comissão de delegados do continente elaborou as teses especificas para o congresso continental, que se realizaria em junho de 1929, em Buenos Aires.
[7] Mariátegui também não pôde assistir ao fim do "oncenio" da ditadura de Leguia, terminado em agosto de 1930, por meio de um golpe de Estado.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

empobrecida. A particularidade brasileira (que em muito diferia da peruana) era que claramente a fase inicial da revolução seria conduzida pela pequena burguesia urbana, que tinha na juventude militar rebelde a sua expressão política. No entanto, como um poder estável da pequena burguesia não seria possível, logo a revolução deveria passar para a direção da aliança operário-camponesa, sob pena de se ver instaurada uma ditadura burguesa. Tal como em Mariátegui, não há qualquer "etapismo", há o processo histórico que se move por meio de contradições sucessivas.

6. A teoria de Brasil e da revolução brasileira em Sodré

Sodré reflete sobre a revolução democrático-burguesa em outro momento histórico. Nos anos 1930, a revolução democrática não se consolidou em qualquer lugar da América Latina, mas o capitalismo encontrou forma de se desenvolver mantendo as relações de dependência frente ao imperialismo, mesmo com momentos de resistência da burguesia local. No começo dos anos 60, Sodré elabora uma reflexão atualizada da teoria da revolução, com a revolução burguesa em andamento no Brasil, vislumbrando uma nova oportunidade para que houvesse uma conversão democrática do processo.

A renúncia de Jânio Quadros, em 1961, de fato aprofundou o processo de democratização na vida política e social do país, que vinha desde 1954. A importância maior desse momento foi a paulatina organização da classe operária e o ingresso de proporção significativa dos trabalhadores do campo na cena política, tanto que o tema da reforma agrária passou a ser o ponto mais saliente da pauta. Havia então a gestação de um bloco social e político favorável ao aprofundamento da democratização. A contraparte também se formava, com a organização de forças contrárias à democratização e favoráveis à continuação da revolução burguesa ao modo de uma revolução passiva (Gramsci), como vinha ocorrendo desde o final dos anos 20, mesmo que com episódios democráticos.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

Em *FHB*, Sodré se empenha por demonstrar como a dependência da economia nacional diante dos países imperialistas, em particular dos Estados Unidos, era a contradição externa fundamental da vida social brasileira. A contradição interna estava nucleada na questão agrária e estava estreitamente vinculada com a questão do imperialismo, cuja demanda provocava séria distorção na agricultura brasileira. O problema nuclear, que tendia a se agravar, adianta Sodré, era a concentração da propriedade da terra, em que predominavam ainda relações pré-capitalistas de trabalho.

Encontra-se no campo entrecruzadas e sobrepostas relações de trabalho capitalistas e pré-capitalistas, de maneira que não cabe dizer que há um dualismo, pois

> No campo (...) as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção chegaram a um ponto crucial. Elas nos fornecem a caracterização, do Brasil, segundo um estudioso, de um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo. Avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido (Sodré, 1962, p. 357).

Quando se lê a nota de fim que acompanha essa passagem, quando se imagina encontrar uma referência a Lênin, autor que formulou para a Alemanha a hipótese de uma particular "via prussiana" de passagem do feudalismo ao capitalismo, aparece uma referência a Caio Prado Jr., como exemplo de autor que contesta a existência de formas feudais no Brasil e, pode se deduzir, de uma análoga "via prussiana" no Brasil. O que mais importa, contudo, é que Sodré percebia uma nova particular "via prussiana", que, diferentemente da original, era condicionada pela pressão externa do imperialismo. O capitalismo se difunde e subsome os aspectos feudais da agricultura. Não há dualismo nessa leitura, mas há um desenvolvimento desigual, tanto do ponto de vista territorial como social.

O capitalismo propriamente dito, o industrial, é precedido pela formação de um mercado e por uma burguesia mercantil. A industrialização gera uma situação diferente, que permite afirmar que "nas condições atuais do desenvolvimento brasileiro já não é possível sem luta o domínio do capital estrangeiro sobre o capital nacional, do capital comercial sobre o capital industrial, do latifúndio sobre o desenvolvimento" (Sodré, 1962,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

p. 374). As contradições aparecem com mais nitidez e indicam que "a saída está no desenvolvimento independente da economia nacional" (Sodré, 1962, p. 376).

Sodré então se apercebe que há "atos de vontade" e "intenção no poder político", que

> a orientação da economia por atos de vontade significa, nesta altura dos acontecimentos, a substituição, aqui, de velhas relações de produção, e deriva da presença de novas forças produtivas que ganharam condições de participarem politicamente. (Sodré, 1962, p. 376).

Sodré clama por um planejamento para que o desenvolvimento se concretize e acredita que um governo que atue em perspectiva anti-imperialista e anti-latifundiária contaria com o apoio das camadas populares e de "parte importante da burguesia industrial, bancária e comercial" (Sodré, 1962, p. 386). O livro foi finalizado ainda antes da renúncia de Jânio Quadros, mas Sodré alimentava uma expectativa otimista quanto ao andamento da "revolução brasileira".

Decerto foi preciso explicitar que a revolução brasileira era uma revolução burguesa, mas uma revolução burguesa particular, porquanto se realizava em um tempo e em um espaço bastante diferentes das revoluções burguesas originais. Trata-se, agora, de uma revolução burguesa que se desenrola na fase imperialista do capitalismo, em um país de economia dependente. De maneira que seria

> imprescindível, assim, romper os laços de dependência com o capitalismo monopolista, para empreender uma política que permita, realmente, o desenvolvimento econômico do país: há uma contradição fundamental entre a nação e o imperialismo (Sodré, 1962, p. 396).

Para Sodré, a nação é o povo que se organiza e define uma consciência coletiva. Faz parte do povo/nação o conjunto das classes trabalhadoras, uma parte das classes médias e uma parte também da burguesia. Seria uma revolução burguesa, mas também uma revolução nacional popular. A aliança entre o imperialismo, o latifúndio e a parcela da burguesia associada teriam ainda muito fôlego, mas essa conformação deve ser abatida. Sodré chama atenção, no entanto, para que "os aspectos mais importantes do

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

processo histórico nesta fase que vamos vivendo estão na crise geral do capitalismo, ligada à etapa imperialista, na ampliação do sistema socialista e na decomposição do sistema colonial, (...)" (Sodré, 1962, p. 398).

Era então uma revolução burguesa em processo, que se realizava num país dependente, que tinha o imperialismo como principal inimigo, o qual contava com as classes latifundiárias como aliadas internas, junto com frações da burguesia e da pequena burguesia, mas na época da crise do capitalismo e de ascensão do socialismo. Quer isso dizer que a correlação de forças no cenário internacional era favorável ao andamento da revolução democrática burguesa. Mas mesmo uma burguesia que se postasse ao lado do povo ou como parte do povo/nação, a médio prazo, não teria como manter a hegemonia.

Num primeiro momento, com o avanço das forças populares, o país passaria por uma fase de capitalismo de Estado e de democracia nacional ou democracia popular (mesmo que Sodré não use essa expressão). Segundo ele, naquele contexto, "a contradição fundamental, assim, é entre a Nação e o imperialismo e seus agentes internos, que se desenvolve paralela e intimamente associada à contradição entre as forças produtivas no desenvolvimento e o monopólio da terra que as entrava" e, como demonstração "agrava-se no mercado interno, em consequência, a contradição entre os interesses da burguesia brasileira e os do capital monopolista, (...)" (Sodré, 1962, p. 400).

A questão chave na análise de Sodré é a posição da burguesia no processo revolucionário. Em economias dependentes, como o Brasil, Sodré supõe a existência de uma burguesia nacional, produto de uma cisão nas classes dominantes e que poderia assumir um papel importante na luta anti-imperialista. Mas a adesão da burguesia nessa luta faz com que apareçam contradições no seio do povo, entre burguesia e proletariado. O avanço do capital monopolista implica sua incompatibilidade com a democracia. Mas,

> em países como o Brasil a fraqueza do movimento democrático está no baixo nível de organização da classe operária, no atraso do campo e na deficiência da

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

> unificação entre a classe operaria e as outras classes e camadas sociais que, na atual etapa histórica, constituem o povo brasileiro (Sodré, 1962, p. 404).

Apesar disso, "A defesa do regime democrático, no processo da Revolução Brasileira, não se prende, assim, ao supersticioso respeito a uma legalidade formal, mas na compreensão de que a democracia é o caminho apropriado ao seu desenvolvimento" (Sodré, 1962, p. 404).

A reflexão sobre questão democrática segue quando o autor afirma que

> Não interessa ao nosso povo, evidentemente, uma legalidade qualquer, e uma democracia qualquer, mas o regime democrático efetivo cujo conteúdo esteja intimamente ligado ao desenvolvimento de alterações econômicas, políticas e sociais capazes de afetar profundamente o país e corresponder ao avanço das forças produtivas que impõem modificações radicais nas relações de produção. (Sodré, 1962, p. 404).

Em suma, trata-se de uma revolução democrático-burguesa de novo tipo, a ser concretizada num país de capitalismo dependente e atrasado, por uma coalizão de forças nacionais e populares, que inclui uma fração da burguesia na luta contra o imperialismo em declínio e o latifúndio pré-capitalista. O aprofundamento da democracia é o caminho a ser seguido até que se transforme numa democracia popular e num capitalismo de Estado. A expressão política da burguesia nacional, mais do que algum grupo de industriais, era o Partido Trabalhista Brasileiro e sua liderança, identificada nas figuras de João Goulart e Leonel Brizola. A pequena burguesia reformista, como desde os anos 1920, teria na esquerda militar a sua representação política. Enganaram-se os críticos que viam em Sodré alguma forma de mecanicismo ou evolucionismo etapista. Era, sim, um pensamento densamente dialético.

7. Nota final

Viu-se nessa exposição como Mariátegui foi capaz de interpretar a formação social peruana na sua particularidade, uma vez que essa leitura era indissociável das condições históricas gerais do seu tempo e do processo que levou o Peru às condições em que se encontrava nos anos 20 do século XX. O autor percebeu que a tradição comunitária

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

do Império Inca ainda sobrevivia, principalmente na serra peruana. A invasão espanhola tentou implantar formas feudais, mas essas tomaram nova feição na colônia, até mesmo com a configuração de uma zona escravista. A herança colonial, com fortes traços feudais, ainda sobrevivia quando escreve *Los siete ensayos*, momento em que já havia estabelecido vínculos com a Internacional Comunista.

A principal influência que pode ser percebida de Mariátegui na obra de Sodré, além da questão da particularidade regional, é a análise da colônia, e mesmo de seus desdobramentos históricos, como sobreposição e convivência de diferentes tempos históricos ou a contemporaneidade do não coetâneo. Para ambos os autores, a formação social gerada pela colonização ibérica foi fundamentalmente um produto híbrido-feudal-escravista, com forte sobrevivência comunitária indígena no caso peruano (ou da Meso América, em geral) e com marcante migração europeia na virada do século XIX para o XX, no caso brasileiro, o que contribuiu para o avanço do capitalismo na época em que se configurava o imperialismo.

O resultado foi que, no Peru, a revolução democrático-burguesa só poderia ser realizada pela aliança operário-camponesa, já que a pequena burguesia e a incipiente burguesia estavam associadas ao imperialismo. Assim, a tradição comunal do campesinato indígena poderia desde logo apontar para a solução socialista. No Brasil, por sua vez, um setor da pequena burguesia deveria cumprir um papel fundamental na abertura do processo revolucionário, que poderia mesmo elevar a burguesia nacional, pelo menos momentaneamente, a uma função hegemônica, ainda que a tendência fosse que a classe operária e o campesinato assumissem a direção dentro da democracia nacional, na medida em que sua organização/consciência avançassem e na medida em que o socialismo avançasse no cenário global.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

Recebido para publicação em 13/01/2026.
Aceito para publicação em 14/05/2026.
Editor Chefe: Renato Francisquini Teixeira

DISPONIBILIDADE DE DADOS:
Os conteúdos subjacentes ao texto estão contidos no manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:
Marcos Del Roio - Conceitualização, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração do projeto, recursos, software/programas de computador, supervisão, validação, visualização, escrita - esboço original, escrita - revisão e edição.

CONFLITO DE INTERESSE
Os(as) autores(as) declaram que não há conflito de interesse.

8. Bibliografia

ALIMONDA, Hector. *Mariátegui: redescobrir a América.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

AMAYO, Enrique e SEGATTO, José Antonio (org.). *J. C. Mariátegui e o marxismo na América Latina.* Araraquara: FCL, 2002.

ARICÓ, José (org.,). *Mariátegui y los origenes del marxismo latinoamericano.* Mexico: Pasado y Presente, 1978.

BLOCH, Marc. "Para uma história comparada das sociedades europeias", (trad. Telma Costa), *História e historiadores.* Lisboa: Teorema, 1998.

DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB (1928-1935).* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DEL ROIO, Marcos. Sodré e a dialética da formação social brasileira. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 42, p. 85-102, 2016.

ESCORSIM, Leila. Mariátegui: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

INTERNACIONAL COMUNISTA. *VI Congresso da Internacional Comunista. Primera parte (Cuadernos de Pasado y Presente).* Mexico: Pasado y Presente, 1977.

LUKACS, Georg. *Introdução a Estética Marxista.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Defesa do marxismo.* São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16921

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Mariátegui* (organização de Manoel Bellotto e Ana Maria M. Correa). São Paulo: Editora Ática, 1982.

MARIÀTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano* (organização de Michel Lowy). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.* São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.

MARIATEGUI, José Carlos. *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Santiago de Chile, 1955.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Textos básicos.* México: Fondo de Cultura Econòmica, 1991.

NETTO, José Paulo. Nelson Werneck Sodré: o general da história e da cultura. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Eder Renato de. *Um projeto para o Brasil: a teoria da revolução brasileira em Nelson Werneck Sodré.* Marilia: FFC/ tese de doutorado, 2025.

PERICÁS, Luiz Bernardo. "José Carlos Mariátegui e o Brasil". *Estudos Avançados.* São Paulo: USP, Vol. 24, nº 68, 2010, p. 335-361.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira.* 4ª edição. São Paulo: LECH, 1978.

SUAREZ, Joel et al. *Mariátegui.* La Habana: Centro de investigacion y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2002.

Marcos Del Roio

Professor Titular de Ciências Políticas na UNESP-FFC, Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Doutor em Ciência Política pela FFLCH-USP. Realizou pós-doutorado na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Milão. Autor do livro Os Prismas de Gramsci, 2005 (com tradução pra italiano e inglês).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.